

Gramatização, colonização e resistência

Gramatization, colonization and resistance

Vitor Pequeno¹

Universidade São Francisco

♦ **RESUMO:** A partir do materialismo histórico e da análise de discurso, pretendemos demonstrar a relação entre esquecimento, tecnologia e discurso. Se trata de uma retomada dos resultados de pesquisa em: *Tecnologia e Esquecimento* (2020), mas também uma extensão desses achados em direção a um *reconhecimento* da problemática decolonial, na medida em que ela pode ser expressa em termos materialistas. Nosso objetivo é esboçar onde as tecnologias de linguagem se localizam na organização das estruturas colonizatórias e demonstrar como esses processos se organizam nas sociedades contemporâneas em sua relação com as tecnologias digitais.

♦ **PALAVRAS-CHAVE:** Materialismo histórico. Análise de discurso. Tecnologia digital. Colonização.

♦ **ABSTRACT:** Starting from historical materialism and discourse analysis, we intend to demonstrate the relationship between forgetting, technology, and discourse. This is a rehashing of research result from *Technology and Forgetting* (2020), but also a study on how those result apply to the decolonial field, in so far as it can be expressed in historical-materialistic terms. Our goal was to describe where technologies of language are localized in the colonizing structure and show how these processes are organized in contemporary societies as it pertains to digital technology.

♦ **KEYWORDS:** Historical materialism. Discourse Analysis. Digital technology. Colonization.

Gramatização, ou, tecnologia e luta de classe

Se nossa demanda aqui é demonstrar a relação entre tecnologia, política e discurso, somos remetidos a um momento precioso de nossa defesa de mestrado (agora, já distante), na qual nossa querida Dra. Verli Petri declarou “*ser hora da análise de discurso se ver com a prática técnica*”. Como Freud (1915) não deixa de nos lembrar, o sujeito do inconsciente obedece a sua própria relação com o desenrolar dos eventos que não é exatamente cronológica, e não deixa, agora, de ser o momento para mais uma vez nos fazermos as perguntas que seguem, dessas que foram abertas nos últimos anos, na análise de discurso.

Uma pergunta que nos parece axial, e que a convocação dessa publicação demanda, é aquela já muito bem conhecida pergunta que questiona as bases estruturais de um campo (a linguística), para poder se ver com as premissas estruturais de outro (o

¹ Psicólogo, pesquisador e professor. Graduado em Psicologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2010), Mestre pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp (2015), Especializado pela European Graduate School (EGS) e Doutor pelo departamento de Linguística do IEL (2019). Especialista no campo de Análise de Discurso, filosofia da ciência e psicologia. Seus estudos concentram-se na área de educação, tecnologias digitais e epistemologia, a partir da perspectiva materialista e psicanalítica. Professor do curso de Psicologia da Universidade de São Francisco. pequenovitor@gmail.com.

materialismo). Essa pergunta poderia ser formulada, aqui para nossos propósitos, como: *como pensar a relação entre língua e política?*

Se falamos sobre *língua*, falamos sobre o problema que funda e anima todos os campos ligados à linguística e, também, ao estruturalismo, que é a problemática desse *corte*, dessa divisão entre a língua e seu acontecimento por excelência: a linguagem. Para retomar:

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação (SAUSSURE, 2012, p. 41).

A língua é, a partir desse momento fundador, tomada por Saussure como o ponto primário de estudo da linguística e simultaneamente entendida como ponto de origem da linguagem, que seria *seu uso*. Isso aparece tanto no uso que Saussure faz da ideia de *faculdades* (sejam elas neurológicas, ontológicas etc.), quanto em seu argumento de que os *usos* particulares da língua são secundários em relação *ao universal* que os produz. No fim desse trecho ele ainda o enfatiza:

Tudo isso nos leva a crer que, acima desses diversos órgãos, existe uma faculdade mais geral, a que comanda os signos e que seria a faculdade linguística por excelência. E somos assim conduzidos à mesma conclusão que antes. Para atribuir à língua o primeiro lugar no estudo da linguagem, pode-se, enfim, fazer valer o argumento de que a faculdade – natural ou não – de articular palavras não se exerce senão com a ajuda de instrumento criado e fornecido pela coletividade; não é, então, ilusório dizer que é a língua que faz a unidade da linguagem (SAUSSURE, 2012, p. 42).

O leitor atento deve ter notado nossa intenção, com a ênfase que colocamos na palavra *uso*. Queremos aqui fazer o que o materialismo sempre fez no contexto epistemológico das ciências humanas, que é inverter a fórmula que coloca o essencial como determinante do contingente ou, dito de outra forma, a fórmula que lê o ideal como origem do material. Para isso, pedimos que o leitor releia essa proposta saussuriana como o que entendemos que ela é: mais uma das *tecnologias epistemológicas de colonização*. Explicamos.

A gramatização entre outras revoluções

Quando Auroux (2015) coloca o processo histórico que chama de *gramatização* na trilha das “revoluções tecnológicas” relacionadas com as práticas languageiras, ele nos remete a um problema bastante produtivo para nossos objetivos. No texto, Auroux

(2015, p. 35) chama a gramatização de “a segunda revolução técnico-linguística”, e as relações entre esses dois acontecimentos (o invento da escrita e a prática da gramatização) devem ser sublinhadas aqui.

Em primeiro lugar, o que *exatamente* constitui o invento da escrita no ocidente é um problema mais complexo do que aparenta ser. O próprio Auroux (2015, p. 23) ressalta essa questão: “Quando falamos de origem, não se trata evidentemente de um acontecimento, mas de um processo que podemos delimitar num intervalo temporal aberto, às vezes consideravelmente longo”. Fischer (2009) defende que ela aparece em sua completude (no que ele chama de escrita plena) a partir das bases do foneticismo sistêmico sumério que seria, de acordo com o autor, a origem a partir da qual todos os outros sistemas ocidentais de escrita derivam. Mas para Havelock (2007), por exemplo, a escrita que é, hoje, parte constitutiva de nossas formas de produção de conhecimento não aparece até as modificações gregas do alfabeto fenício que os gregos importam ao longo das rotas de comércio no Mediterrâneo. Além de quase dois milênios de distância entre eventos, eles representam práticas sociais e materiais resultantes de demandas radicalmente diferentes no contexto da contabilidade, do comércio, da constituição dos primeiros grandes centros urbanos das respectivas regiões, do governo e da historiografia. A gramatização é um processo igualmente heterogêneo. O que pretendo demonstrar aqui é que as noções de “escrita” e de “gramatização” *não* descrevem um simples e claro desenvolvimento, mas uma *série*, heterogênea e histórica e geograficamente difícil de localizar. Está posto aí o primeiro empecilho para aquele que se propõe estudar “a tecnologia”!

Mais importante ainda é a distinção entre o que Auroux chama de *epi* e *metalinguístico*.

O saber linguístico é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante. Ele é *epilinguístico*, não colocado por si na representação, antes de ser *metalinguístico*, isto é, representado construído e manipulado enquanto tal com a ajuda de uma metalinguagem (elementos autonômicos e nomes para os signos; cf. Rey-Debove, 1978; Auroux, 1979). A continuidade entre o epilinguístico e metalinguístico pode ser comparada com a continuidade entre a percepção e a representação física nas ciências da natureza (AUROUX, 2015, p. 17, grifos do autor).

Dada essa proposta, organizamos a questão da seguinte forma: tanto o desenvolvimento da escrita quanto as práticas de gramatização das línguas são práticas compostas. Por um lado, são práticas sociais, políticas, discursivas sobre as formas materiais de vida e de manutenção da vida (as formas produtivas). Concomitantemente, são *práticas epistemológicas* (já que são *metalinguísticas*). A dizer: são práticas derivadas de uma realidade social e (portanto) ideológica transformada em conhecimento, e cuja definição material já foi, há muito, produzida.

Contrariamente à ilusão ideológica [...] do empirismo e do sensualismo, uma ciência nunca trabalha sobre um existente, que teria por essência a imediatez e a singularidade puras (“sensações” ou “indivíduos”). Ela trabalha sobre o “geral”, mesmo que ele tenha a forma do “fato”. Quando uma ciência se constitui – por exemplo, a física com Galileu, ou a ciência da evolução das formações sociais (materialismo histórico) com Marx –, ela trabalha sempre sobre conceitos existentes, *Vorstellungen*, ou seja, uma Generalidade I, de natureza ideológica, prévia. Ela não “trabalha” sobre um puro “dado” objetivo, que seria aquele de “fatos” puros e absolutos. Seu trabalho consiste,



ao contrário, *em elaborar seus próprios fatos científicos*, mediante uma crítica dos “*fatos*” ideológicos elaborados pela prática teórica ideológica anterior (ALTHUSSER, 2015, p. 187, grifos do autor).

Esperamos que fique claro então que o desenvolvimento tecnológico tanto da escrita, mas nesse caso principalmente da gramatização, constitui não só novas práticas languageiras (como se a técnica fosse desvinculada da prática social como um todo), mas também a organização de certos pressupostos *teóricos* derivados da forma histórica e da ideologia dominante, como por exemplo o pressuposto da universalidade das estruturas das línguas no contexto da gramatização, ou o pressuposto da representações dos sons no contexto do desenvolvimento da escrita. Chegamos na possibilidade de afirmar que a prática técnica é também sempre prática ideológica.

Tecnologias da linguagem vs. Tecnologias de linguagem?

Ademais o que vale retomar é que a prática ideológica produz simultaneamente *esquecimento*, que vamos pormenorizar aqui como o efeito de que o que é não poderia ser de outra forma ou por outros motivos. Esse efeito já é tão bem documentado que não vale retomá-lo por inteiro; mas citamos aqui Althusser (1980), pois nos vale como paralelo para nossa demonstração mais a frente.

Segue-se que para você (leitor), como para mim, a categoria de sujeito é uma “evidência” primeira (as evidências são sempre primeiras): é claro que eu e você somos sujeitos (livres, normais, etc.). Como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua uma significação” (portanto incluindo as evidências da “transparência da linguagem”), esta “evidência” de que eu e você somos sujeitos – e que esse fato não constitui um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (ALTHUSSER, 1980, p. 95).

Então se nos sentimos livres para dizer que somos sujeitos e que isso é evidente (não constitui um problema); e se podemos também afirmar que isso que dissemos é uma relação de significação (uma relação direta ou empírica entre o indivíduo e o mundo) e isso também nos parece evidente; ora, então o que queremos apontar aqui é que as tecnologias da linguagem atravessam o mesmo tipo de processo, que faz com que, por exemplo, a escrita pareça a *representação* da fala e que faz com que a gramatização pareça como o *descobrimento*² das estruturas essenciais das línguas. A dizer: se toda prática ideológica é, também, esquecimento, então nos colocamos na posição de declarar que toda prática técnica languageira (sendo simultaneamente prática ideológica), também o é. Reutilizo o argumento em Auroux para exemplificar essa proposta.

² Esse termo aqui é bastante interessante pois ele espelha a prática pedagógica nas américas de ensino do “descobrimento” do continente. Sabemos bem que não se trata de descobrimento o que aconteceu nas américas, mas se entendemos o termo em toda sua ironia, percebemos um perfeito paralelo com a ideia do descobrimento das estruturas das línguas, pois a gramatização é, também, um ato de colonização como pretendemos demonstrar.

Não conhecemos civilização oral que tenha desenvolvido técnicas calculatórias, mesmo elementares como nossas operações de adição ou subtração. A maior parte das línguas unicamente orais e sem contatos com civilização grafenizadas dispõe somente de um sistema de numeração muito restrito. O cálculo só se tornou possível através do recurso a elementos externos (lat. *Cauculus* – calhau), e até a objetos técnicos como os *bouliers* ou os *abaques*. De maneira geral, a escrita parece ser a condição de seu desenvolvimento. Isso aparece de modo relativamente fácil se reconhecemos simplesmente o papel que desempenha a posição em nosso sistema de numeração ou a disposição gráfica que nos permite efetuar nossas operações. É preciso sem dúvida ir extremamente longe nesse reconhecimento (AUROUX, 1998, p. 73-74).

Quão longe podemos de fato ir? Bom, em *Tecnologia e Esquecimento* (2020) defendemos que:

O que nos é sugerido aqui é que ao invés de pensarmos, por exemplo, na matemática, como sendo representada no papel, ou sendo facilitada pelo papel, a pensemos como uma *invenção* do papel. Quer dizer: a ordem dos números e dos sinais operantes, o fato que eles duram e permanecem, a possibilidade que a folha abre de grafar *em linha* (ou, dito de outra forma: *online*) e sem interrupções, isso tudo *é a substância* da matemática. Se nos propormos a pensar dessa forma, e mais uma vez subjugar o necessário ao contingente, então não temos relutância em dizer que um certo tipo de matemática é invenção *do* papel, *da* grafia linear, e assim por diante. Isso nos ajudaria a pensar como nenhuma pessoa ou grupo de pessoas guia, portanto, um desenvolvimento dessa espécie, mas ao invés disso, sugere que na relação comanda/demanda que impulsiona o sistema infra e superestrutural, algo das práticas de conhecimento e técnicas – como diria Althusser – *pega*, quer dizer, produz um campo prático que a partir de então se torna indispensável para o funcionamento social. O apagamento está justamente em olhar para o conteúdo da matemática, por exemplo, como substantivo, e suas formas de existência como representações (PEQUENO, 2020, p. 113).

E continuamos, lembrando que:

A escrita é, Auroux afirma, “uma etapa tão importante quanto o aparecimento da linguagem articulada”. Ora, como interpretar isso a não ser pela via de afirmar que a escrita é *outra coisa* que a linguagem articulada. Não sua representação, mas seu outro: uma outra instância do exercício languageiro, ligada, mas não espelhada à primeira pela via das exigências econômicas e históricas de seu tempo (PEQUENO, 2020, p.113-114).

Retomamos então o que desenvolvemos até agora na forma de dois pontos centrais:

1: que a prática técnica languageira (por exemplo, da gramatização, das tecnologias da escrita, e mais tarde da tipografia, da imprensa, do código Morse, das tecnologias digitais, etc.) não é somente a *forma* pela qual o processo ideológico se reproduz (na forma do discurso), mas *é, por si mesma*, uma forma da ideologia e da interpelação, reprodução da ideologia na forma-sujeito e, agora;

2. que esse processo ideológico de interpelação se engendra, como toda interpelação, pelo esquecimento, fazendo com que as práticas languageiras produzam,

até mesmo, *e talvez principalmente nos contextos das ciências da linguagem*, o efeito de “veículo da língua”, representações de uma estrutura ou operação universal oriunda das faculdades humanas.

Se o discurso pode ser analisado, no sentido de que o discurso é um efeito produzido por causa e como consequência da interpelação do indivíduo em sujeito, então a prática técnica *também* deve poder ser analisada na medida em que também é parte dos mecanismos de produção e reprodução da forma histórica de uma sociedade dada. No nosso entendimento, *isso é se propor a estudar tecnologia no contexto do materialismo histórico e da análise de discurso*. A saber: significa olhar para a materialidade técnica da prática linguageira com suficiente conhecimento técnico para poder interpretar as consequências do fato de que os mecanismos de circulação são parte *constitutiva* do sentido de qualquer enunciado.

Nos resta somente, portanto, reformular nossa pergunta inicial para caber tanto na demanda de nosso artigo como na trilha dessas descobertas: *como pensar as consequências políticas produzidas pela ideia* (pelo pressuposto epistemológico) *de língua?* Mais ainda: como pensar as consequências políticas produzidas pelo pressuposto epistemológico de gramatização, de lógica e língua lógica e de programação?

Colonização, lógica, ideologia

Obviamente, a série de perguntas acima descreve todo um projeto de pesquisa que não cabe em um, ou dez artigos, tentar condensar. Os princípios dessa investigação já foram produzidos em *Tecnologia e Esquecimento* (2019), mas arriscamos aqui algumas notas que podem descrever a direção de nossa investigação e interesse presente.

Nos interessa, para descrever mais à frente a questão das tecnologias digitais, começar descrevendo seu paralelo; que é, ainda, a questão da gramatização no contexto da história de colonização da Europa ocidental.

A historicidade do universal moderno

Extraímos aqui um trecho longo de *A Revolução Tecnológica da Gramatização*, para localizar historicamente nosso argumento. Auroux fala sobre o período do século XV e XVI:

O interesse prático da gramática se estende da filologia (no sentido lato do acesso ao texto escrito), que é seu lugar de origem em direção ao domínio das línguas, inclusive das línguas maternas. A gramática torna-se simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las. [...] Paralelamente, aparece o dicionário monolíngue sob a forma que ainda conhecemos. Enfim, avança largamente o empreendimento de localização das línguas faladas e da construção de modelos que resumam suas relações estruturais e filiações [...] (AUROUX, 2015, p. 36).

Na sequência o próprio Auroux admite a importância marginal do Latim no período anterior ao século XV e como o processo de gramatização recebe verdadeiro

impulso. Na verdade, durante o período que queremos lembrar, coincide com o período das expansões imperialistas das novas nações-Estado da Europa. “Não há, entretanto, nada de comparável, quantitativa ou qualitativamente, ao processo que se dá no final do século XV, a partir das línguas que vão daí pra frente dominar a história da Europa”, diz Auroux (2015, p. 37).

Atribuimos com confiança esse desenvolvimento tecnológico súbito e “revolucionário” ao processo material de comanda/demanda, que Pêcheux (HERBERT, 2012 descreve em *Reflexões...*, no qual um campo *prático* de organização das relações e práticas sociais é organizado sempre na relação entre demandas estruturais e soluções engendradas a partir dos pressupostos ideológicos/epistemológicos de uma forma-histórica dada. Em outras palavras, um pressuposto epistemológico que organiza a “*essência estrutural*” de uma língua a partir, inclusive, de um modelo inofensivo (pois o Latim está morto), só começa a se fazer necessário quando a alteridade das línguas colonizadas é tão radical a ponto de ameaçar a “estrutura” das línguas centrais dos colonizadores. Dizemos: da mesma forma que o pai em *Totem e Tabu* (1916), o Latim também *precisa* morrer para produzir seu efeito. O latim é, até um certo momento da Idade Média na Europa, uma prática linguageira marginal circulando ainda, principalmente, por causa de sua relação com a instituição religiosa regional da época. E *morrendo*, quer dizer: é transformando os sentidos atribuídos a prática linguageira do Latim, que se transforma essa língua *num modelo*. Pêcheux descreve a questão da seguinte forma:

O babilônio não pretende uma explicação geométrica dos movimentos aparentes dos astros, ele busca uma *chave* que lhe permitia encontrar quase mecanicamente a posição de uma constelação em um dado momento. Seriam necessárias, então, máquinas para calcular o curso dos astros, mais que de instrumentos de observação: o “polos” mesopotâmico, já citado, constitui um dos primeiros instrumentos sintéticos deste gênero [...] assim surgiu o que nós chamaremos de um “instrumento-modelo”, quer dizer, um aparelho técnico cuja função é de produzir por si mesmo o real sob uma forma pertinente à técnica em questão (HERBERT, 2012, p. 30).

O Latim é, portanto, esse mesmo tipo de máquina, uma *chave*, que produz o *real da linguagem*, sob uma forma pertinente à técnica em questão: a técnica epistemológica pedagógica e analítica que faz parte dos avanços de colonização das Américas, da África, de partes do Oriente Médio e da Índia.

Podemos pensar no Latim da mesma forma que os Tasaday, da ilustre história que conta Baudrillard (1991). A tribo, recém-descoberta e imediatamente entrando em colapso como consequência do contato com a civilização – “como uma múmia ao ar livre”, diz o autor – foi isolada pelo Governo das Filipinas de qualquer contato com os antropólogos que os estudavam. Mas “para que a etnologia viva é preciso que seu objeto morra”, diz Baudrillard (1991, p. 14-15).

Foi contra esse inferno do paradoxo que os etnólogos quiseram premunir-se ao voltarem a fechar o cordão de segurança da floresta virgem em redor dos Tasaday. [...] Não se trata de um sacrifício (a ciência nunca se sacrifica, é sempre assassina), mas do sacrifício simulado do seu objeto a fim de salvar o seu princípio de realidade. O Tasaday congelado na sua essência natural vai servir-lhe de álibi perfeito, de caução eterno. Em todo caso, a evolução lógica de uma ciência é de se distanciar cada vez mais do seu objeto, até passar sem



ele: a sua autonomia não pode ser mais fantástica, atinge a sua forma pura (BAUDRILLARD, 1991, p. 15).

O Latim não seria também aquilo que precisa morrer para que a gramática nasça verdadeiramente? Na sua forma mais “pura”, ele desaparece inteiramente, e vemos, como a história tão bem nos demonstra, o nascimento dos dicionários monolíngues, das gramáticas individuais das línguas vernáculas etc.³ Quer dizer: o Latim deixa de ser *uma das línguas*, mas passa a ser o princípio epistemológico de descrição, organização e ensino de *qualquer* língua. Está aí o aspecto mais absoluto e imperial do processo de colonização: a transformação da própria prática languageira regional local, com todos os seus funcionamentos íntimos e comunitários, em mais uma das estruturas universais que fazem parte da *rede* total, da máquina de mundo que é a gramática.

Essa revolução – que só termina no século XX – vai criar uma rede homogênea de comunicação centrada inicialmente na Europa. Cada nova língua integrada à rede dos conhecimentos linguísticos, da mesma maneira que cada região representada pelos cartógrafos europeus, vai aumentar a eficácia dessa rede e de seu desequilíbrio em proveito de uma só região do mundo (AUROUX, 2015, p. 35).

Podemos afirmar dessa perspectiva que os séculos de violência, tortura e terrorismo incitados por colonizadores contra populações originárias podem com certeza ser chamados de guerra, genocídio, holocausto e assim por diante, mas ainda não de colonização. Propomos que esse sentido seja reservado para o processo de transformação das formas de interpelação dos sujeitos. São essas transformações, (como por exemplo) as consequências da gramatização para os povos vítimas de tais violências, que podemos chamar de colonização, já que não se trata mais de uma invasão, mas *da eliminação progressiva das capacidades de reconhecimento da diferença entre o invasor e o habitante originário*. Mais uma vez aqui a guerra não é ganha pelo domínio repressivo, mas quando as práticas sociais do invasor se tornam as do invadido; no apagamento; no silêncio.

Podemos pensar mais alguns elementos nessa mesma trilha de pressupostos epistemológicos da colonização. Principalmente o desenvolvimento da *lógica* no contexto da filosofia moderna. Mas isso estenderia nosso trabalho a limites desinteressantes, então basta afirmar que algumas dessas questões já foram trabalhadas desde 2019 e que agora passamos às conclusões que esses achados podem nos apresentar sobre as tecnologias digitais e suas consequências políticas.

A técnica da dominação, a técnica da resistência

A gramatização não foi o único dispositivo epistemológico que a Europa produziu desde o século XV. Ora, Leibniz, em *Characteristica Universalis*, de 1678, descreve esse projeto epistemológico com mais ou menos as mesmas palavras que usamos aqui. Davis (2012), que descreve a questão da seguinte forma:

³ Em *Totem e Tabu*, Freud ([1916] 1996) conta a mesma história. O pai da horda reina pela força, até que é assassinado e, internalizado pela tribo, se torna a lei.

Ele sonhava com uma compilação enciclopédica, com uma linguagem matemática artificial na qual todas as facetas do conhecimento poderiam ser expressas, sonhava com regras de cálculo que poderiam revelar as inter-relações lógicas entre propostas. Finalmente, ele sonhava com máquinas capazes de realizar cálculos, libertando a mente para o pensamento criativo (DAVIS, 2012, tradução nossa).

Essas *redes* ‘puramente epistemológicas, inócuas e inocentes de qualquer violência humana’, na qual todo o conhecimento produzido faria parte de uma mesma lógica de organização, “a” lógica de organização, se assemelha ao projeto de um império, no qual tudo é permitido e pode ser dito, desde que seja passível de ser processado, organizado, editado, revisado e colocado no interior da lógica do todo, ocupando o seu lugar no projeto de aumento da eficácia, estabilidade e inevitabilidade dessa mesma rede, até que ela recubra todo o mundo e cada gesto de fala e pensamento de cada indivíduo capaz de se integrar ao sistema.

Pêcheux (2010) já tinha nos avisado:

Não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de “terapêutica da linguagem” que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados. É uma das significações políticas do desígnio neopositivista, esta de visar construir logicamente, com a bênção de certos linguistas, uma *semântica universal* suscetível de *regulamentar* não somente a produção e a interpretação dos enunciados científicos, tecnológicos, administrativos, mas também (um dia, por que não?) dos enunciados políticos (PÊCHEUX, 2010, p. 55, grifos do autor).

Esse é o registro da circulação do qual falamos em Análise de Discurso. Não se trata de discutir “por onde o discurso anda”, mas qual princípio ideológico (que atravessado pelo corte epistemológico e pela transformação em prática técnica, é esquecido), coloca quais discursos como partes de quais “todos”. *Uma* só língua, *uma* só forma de produção de conhecimento, e agora *uma só* forma de estabelecimento das relações produtivas.

A historicidade do universal contemporâneo

Se Auroux afirma que o processo de gramatização se estende até os limites do século XX, não é difícil ver que outras práticas de colonização produzem seus efeitos hoje. Historiograficamente falando, os sistemas digitais de comunicação e arquivamento demonstram suas primeiras aplicações práticas no século XX em contexto bastante heterogêneos: na quebra de cifras criptográficas durante a guerra; na comunicação entre grupos de pesquisa universitárias; na contagem, organização e categorização dos presos, escravizados e mortos nos campos de concentração alemães; no sistema de inteligência norte-americana (até que ponto é obviamente difícil dizer), e assim por diante. Até então, talvez não estivesse claro como que os pressupostos epistemológicos da lógica computacional seriam uma nova forma de colonização, quer dizer: uma nova forma de transformação dos dispositivos de interpelação de tal maneira a *eliminar a possibilidade de reconhecimento da diferença entre* aquele que propõe o dispositivo, e aquele que é subjogado por ele. Mas para que esse ponto fique claro, basta olharmos para as consequências antes das causas: basta olhar para a digitalização ubíqua dos recursos e

práticas de trabalho, para os campos que essa digitalização eliminou e fez nascer. Basta olhar para as consequências geopolíticas dos sistemas de digitais de vigilância. Basta, ora, olhar para os aplicativos de paquera, de entrega de comida, de transporte de pessoas e cargas, de aluguel e estadia, de viagem, de beleza, de organização e agenda, de... E ainda temos as redes sociais. Enfim. Se é corriqueiro notar o quanto todas essas tecnologias transformaram nossas vidas, talvez seja (consequência do esquecimento do qual falamos acima) mais difícil discernir *o princípio a partir do qual* todas essas tecnologias organizam nossas vidas. Dito de outra forma, parte de qual *rede* essas tecnologias nos tornam? Nossa libido, nosso consumo, nossos interesses, o luto, o mal-estar, tudo produzido, organizado, selecionado, editado e colocado em seu respectivo lugar da rede, da mesma forma que as línguas no processo de gramatização.

Se nosso objetivo, como em análise, é uma medida mínima de liberdade, então nossa primeira tarefa é reconhecer o princípio de organização que faz essas práticas tecnológicas tão bem-sucedidas.

O peso da evidência histórica nos mostra que as tecnologias mais bem sucedidas em qualquer determinada forma-histórica está sempre aprofundando e expandindo o sistema econômico vigente⁴. Então, se falamos sobre tecnologias digitais e capitalismo, falamos sobre as primeiras aprofundando o funcionamento do segundo, isto é: capilarizando e intensificando as práticas de *consumo*, não simplesmente no sentido de troca de mercadoria e giro de capital, mas do dispositivo mesmo de interpelação dos sujeitos como *sujeitos consumidores*. As redes sociais, por exemplo, muito mais do que espaços de compra e venda de mercadorias, são espaços de compra e venda de atenção no qual nos identificamos como sujeitos na medida em que nos identificamos com o todo do que consumimos e por quem somos consumidos (quantos *likes*, quem clicou, qual nicho etc.). E o que é importante notar aqui, algo que só funcionaria por meio do projeto capitalista de globalização dos recursos econômicos e naturais do planeta, é que essa lógica de identificação (entre tantas outras propostas pelas tecnologias digitais) é justamente tão poderosa por propor para cada país, região, cultura, povo, tribo e temporalidade uma mesma forma de se relacionar: a do dispositivo. O “programador” (no sentido de a empresa, a instituição etc.) escreve do seu lugar, sem nunca imaginar que o que propõe não é uma plataforma neutra para que todos possam se encontrar, mas um espaço enunciativo de acordo com suas próprias experiências e exigências do mundo. A distância que Pêcheux (2010) propôs ainda vale:

Desde a Idade Média a divisão começou no meio dos clérigos, entre *alguns* deles, autorizados a ler, falar e escrever em seus nomes (logo, os portadores de uma leitura e de uma obra própria) e *o conjunto do todos os outros*, cujos gesto incansavelmente repetidos (de cópia, transcrição, extração, classificação, indexação, codificação etc.) constituem também uma *leitura*, mas uma leitura impondo ao sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega (PÊCHEUX, 2010, p. 52, grifos do autor).

Mal sabíamos nós que é justamente nessa segunda forma de leitura que residiria *o poder* das práticas políticas do século XXI.

Como Baudrillard (1991) tão bem exprime, a plataforma se torna *pura* justamente porque some, passa a existir como um pressuposto em cada foto que se tira

⁴ Nesse sentido, poderíamos defender que essas tecnologias são o contrário de “revoluções”, se pensarmos revolução no sentido material-histórico de “reorganização das formas de produção e de reprodução dos sistemas produtivos”. Mas essa é uma questão de nomenclatura que não nos interessa desenvolver neste momento.

na praia, em cada assunto que se interessa, objeto que se deseja, e assim por diante. Isso é circulação e isso é o poder político do arquivo. E Pêcheux já tinha nos avisado.

[...] é também grande, pelo menos, a ameaça de assistir a uma *restrição* política dos privilégios da leitura interpretativa (no quadro da “reprofissionalização” do trabalho intelectual e cultural), **sobretudo se o essencial do debate informático desse ponto de vista é silenciado: não considerar os procedimentos de interrogação de arquivo como um instrumento neutro e independente** (um aperfeiçoamento das técnicas documentais) é se iludir sobre o efeito político e cultural que não pode deixar de resultar de uma expansão da influência das *línguas lógicas de referente unívoco*, inscritos em novas práticas intelectuais de massa (PÊCHEUX, 2010, p. 55, grifos do autor).

E continua:

Nesta medida, o risco é simplesmente o de um *policimento dos enunciados*, de uma *normalização asséptica da leitura e do pensamento*, e de um *apagamento seletivo da memória histórica*: ‘quando se quer liquidar um povo’, escreve Milan Kundera, ‘se começa a lhes roubar a memória’ (PÊCHEUX, 2010, p. 55, grifos do autor).

Se começa por lhes roubar a memória. E o que precisa ficar claro, nesse caso, é que não falamos só do mito, mas da roda de crianças e da fogueira na qual o mito é contado. A memória é também o jeito que cada povo transmite o que é intrínseco a si. Baudrillard nos conta:

Assim se gabam os Americanos de ter conseguido voltar a igualar o número de índios existentes antes da Conquista. Apaga-se tudo e recomeça-se. Gabam-se mesmo de fazer melhor e de ultrapassar o número original. Será a prova da superioridade da civilização: ela produzirá mais índios que estes eram capazes de produzir. Com uma irrisão sinistra, esta superprodução é ainda ela uma forma de os destruir: é que a cultura índia, como toda cultura tribal, baseia-se na limitação do grupo e na recusa de todo crescimento “livre”, como se vê em Ishi. Há aí, pois, na sua “promoção” demográfica, mais um passo para sua exterminação simbólica (BAUDRILLARD, 1991, p. 19).

Seguimos para um fechamento dessa nossa leitura sobre a questão do funcionamento material/discursivo/tecnológico da colonização.

O uso e o mal-uso

Frente a esse panorama, ressaltamos duas questões.

A primeira já foi uma alerta de Pêcheux no artigo que citamos e pode ser formulada afirmando que é dever de *todo* cientista no campo das chamadas ciências humanas se familiarizar com o código, a engenharia e a burocracia dos processos, ferramentas e práticas envolvidas na produção e uso das tecnologias digitais. Tentar *ler* um enunciado

num espaço enunciativo informatizado⁵ sem, concomitantemente saber ler *esse próprio* espaço e arquivo é efetivamente trabalhar *contra* o próprio propósito de análise e desconstrução, na medida em que se reforça e naturaliza o esquecimento que produz a possibilidade efetiva de colonização das formas contemporâneas de interpelação. Acreditamos que depois do que foi desenvolvido acima, esse ponto esteja suficientemente claro.

O segundo ponto é lembrar que nunca se estabelece dominação sem, simultaneamente, se estabelecer resistência. Isso é consequência do próprio problema que discutimos aqui, a saber: que apesar das pretensões epistemológicas de existência universal da experiência humana, a realidade material dos sujeitos é sempre regional e temporalizada. Ela nunca se integra, total e efetivamente, à rede, nem mesmo da posição do próprio dominador, pois esta é também sempre heterogênea. A técnica, a tecnologia, a ferramenta, não pode mais ser pensada como neutra, como passível de ser utilizada por qualquer lado, mas ela própria também não é unívoca e funciona sob as mesmas leis de contradição que outros processos ideológicos/discursivos⁶. O que precisa ser pensado, repensado e insistido é que *se utilizar das ferramentas tecnológicas para desfazer seus efeitos* é se esquecer de que não é o conteúdo do que se diz que alimenta essa máquina de mundo particular, mas o próprio ato de dizer (na forma da identificação com um lado), fazendo a substituição (que Gallo⁷ tão bem descreveu) da contradição pela controvérsia.

Como escapar da controvérsia e produzir contradição nas tecnologias digitais? Bom, não temos todas as respostas, mas Pêcheux (1990) já sugeriu um bom começo:

As resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras [...] (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

Essa distinção entre controvérsia e contradição também já está instalada em Pêcheux quando ele nos pergunta:

[...] não seria esta a ocasião, para os discursos com pretensão revolucionária, de empreender sua própria revolução? Aceitar questionar a lógica paranóica dos efeitos de fronteira para discernir os elementos de resistência e de revolta que se deslocam sob as lógicas estratégicas da inversão: aceitar heterogeneizar o campo das contradição para esquivar as simetrias que aí se instalam; aceitar abalar a religião do sentido que separa o sério (o útil, o eficaz, o operatório) do “sem sentido”, reputado perigoso e irresponsável; aceitar, enfim, *desvitalizar* os espectros do discurso revolucionário para começar a devolver o que se deve ao invisível, isto é, ao “movimento real”

⁵ Ver em: GALLO; SILVEIRA(2017).

⁶ Vale lembrar paralelamente aqui que Pêcheux explica isso muito bem em *Delimitações, Inversões e Deslocamentos* (1990, p. 12) quando diz que: “Esse duplo caráter dos processos ideológicos (caráter regional e caráter de classe) permite compreender como as formações ideológicas e discursivas nas quais eles se inscrevem se referem necessariamente a “objetos” (como a Liberdade, a Ordem, a Igualdade, a Justiça, a Ciência, o Poder etc.) que são ao mesmo tempo idênticos e antagonistas em relação a si mesmo, quer dizer, cuja unidade é submetida a uma divisão: o próprio da luta ideológica sob a dominação burguesa consiste em desenrolar-se em um mundo que não acaba nunca de se dividir em dois”.

⁷ Ver em: GALLO (2017)

(Marx), que trabalha neste mundo para a abolição da ordem existente [...] (PÊCHEUX, 1990, p. 20, grifos do autor).

A pergunta que nos segue na luta contra a colonização do pensamento, num espaço como, por exemplo, o das redes sociais é “*como devolver o que se deve ao invisível*”? A pergunta ecoa ainda, e nos convida...

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes. 1980.

AUROUX, S. **A Filosofia da Linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**, 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

BAUDRILLARD, J. **Simulacro e Simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

DAVIS, M. **The Universal Computer: the road from Leibniz to Turing**. New York: CRC Press, 2012.

FISCHER, S. R. **História da Escrita**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

FREUD, S. **Obras Completas**. (1915). vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. **Obras Completas**. (1916). vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GALLO, S. Sobre a normatização vigilante dos discursos mediatizados. *In: 5º SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS: “Vigilância, Democracia e Privacidade na América Latina: vulnerabilidades e resistências”* 2017, Santiago/Chile. Anais. Santiago, LAVITS, 2017. p. 426-438.

GALLO, S.; SILVEIRA, J. Forma-discurso de escritorialidade: processos de normatização e legitimação. *In: FLORES, G.; GALLO, S.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N.; PFEIFFER, C.; ZOPPI-FONTANA (orgs.). Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia*. v.3, Campinas: Pontes Editores, 2017, p. 171-194.

HAVELOCK, E. **A Revolução da Escrita na Grécia e suas consequências culturais**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

HERBERT, T. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. *In: Análise de Discurso - Michel Pêcheux*. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. **Delimitações, Inversões, Deslocamentos**. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul/dez. 1990.

PÊCHEUX, M. Ler o Arquivo Hoje. *In: ORLANDI, E (org.). Gestos de Leitura*, 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PEQUENO, V. **Tecnologia e Esquecimento: uma crítica a representações universais de linguagem**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix: 2012.



<https://doi.org/10.30681/2594.9063.2023v7n1id11194>

Recebido em: março de 2023.

Aprovado em: maio de 2023.

Como citar este trabalho:

PEQUENO, V. Gramatização, colonização e resistência. **Traços de Linguagem**, v. 7, n. 1, p. 9-22, 2023.
